



A RESISTÊNCIA DO RURALISMO NO PROCESSO HISTÓRICO DE DESDOBRAMENTO TERRITORIAL DA BAIXADA FLUMINENSE- RJ

Thales Vinicius dos Santos Barboza ¹

Rafael Gonçalves de Almeida ²

RESUMO

O artigo analisa o processo histórico de transformação territorial da Baixada Fluminense, região que, antes marcada pela ruralidade e importância agrícola para o Rio de Janeiro, passou por intensas mudanças a partir do final do século XIX, com a degradação ambiental, surtos de doenças e perda de dinamismo econômico. A pesquisa evidencia o impacto das campanhas de saneamento e da gestão territorial, entendidas como instrumentos técnicos, políticos e ideológicos que reorganizaram o espaço e favoreceram interesses específicos. Nesse contexto, destaca-se a tensão entre rural e urbano, marcada pela persistência de práticas e discursos ruralistas, sobretudo no jornal Correio da Lavoura, em meio ao avanço de uma urbanização acelerada e desordenada. A análise permite compreender a Baixada Fluminense como um território híbrido, onde disputas entre modernização e conservadorismo moldaram uma identidade complexa que se consolidou na primeira metade do século XX.

Palavras-chave: Geografia Histórica, Baixada Fluminense, Correio da Lavoura, Ruralismo

ABSTRACT

The article analyzes the historical process of territorial transformation in the Baixada Fluminense, a region that, once marked by rural identity and agricultural importance for Rio de Janeiro, underwent profound changes from the late nineteenth century onwards, with environmental degradation, disease outbreaks, and economic decline. The research highlights the impact of sanitation campaigns and territorial management, understood as technical, political, and ideological instruments that reorganized space and favored specific interests. In this context, the tension between rural and urban stands out, marked by the persistence of rural practices and discourses, especially in the newspaper Correio da Lavoura, amidst the advance of rapid and unplanned urbanization. The analysis makes it possible to understand the Baixada Fluminense as a hybrid territory, where disputes between modernization and conservatism shaped a complex identity that was consolidated in the first half of the twentieth century.

Keywords: Historical Geography, Baixada Fluminense, Correio da Lavoura, Ruralism.

¹ Mestrando do Curso de Geografia da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (PPGEO-UERJ) - RJ, thalesvbarboza@gmail.com;

² Professor Adjunto do Departamento de Geografia Humana do Instituto de Geografia e membro permanente do Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO) - RJ, rafaelalmeida08@gmail.com.



INTRODUÇÃO

O artigo busca explicar a importância de uma região histórica que, inicialmente caracterizada como uma próspera área rural, passou por transformações marcantes no final do século XIX. Nesse período, a identidade da Baixada Fluminense começa a mudar radicalmente e, em poucas décadas, ela deixa de ser uma zona produtiva para se tornar uma área considerada insalubre, marcada pelo assoreamento dos rios e pelo desgaste das terras, processos que tensionaram suas funcionalidades espaciais. Essas transformações estiveram associadas a diferentes fases econômicas que caracterizam os desdobramentos territoriais da região e podem ser compreendidas, também, à luz de surtos de doenças que afetaram a população local.

Ademais, ao longo do século XX, a Baixada Fluminense se torna um espaço que passa a gerar preocupações justamente por sua importância econômica. É nesse contexto que surgem campanhas de saneamento e profilaxia com objetivos urgentes: melhorar a qualidade ambiental, recuperar terras para a produção agrícola e garantir a saúde dos trabalhadores do campo.

O artigo tem como objetivo analisar o processo histórico de transformação territorial da Baixada Fluminense entre o final do século XIX e a primeira metade do século XX, destacando as permanências e resistências do ruralismo em meio ao avanço da urbanização e às políticas estatais de saneamento e modernização. A partir da análise do jornal *Correio da Lavoura*, busca-se compreender como práticas, discursos e ideologias ruralistas atuaram como forças de resistência simbólica e política, revelando a Baixada Fluminense como um território híbrido e tensionado, onde rural e urbano se entrelaçam na produção de identidades, desigualdades e sentidos sobre o espaço.

Como justificativa para compreender tais dinâmicas locais, será realizada uma análise de conteúdo com o objetivo de identificar quem gerenciava as estratégias de organização territorial em uma região marcada por profundas contradições no início do século XX. Essa abordagem busca contribuir para a história de um território que, apesar de sua relevância econômica e simbólica, ainda carece de estudos sistemáticos.

O texto está organizado em quatro partes, além desta introdução. A primeira apresenta a metodologia utilizada e a justificativa para a escolha das fontes, com destaque para o jornal *Correio da Lavoura*. Em seguida, o referencial teórico discute os conceitos de território, rugosidades e ruralismo, dialogando com autores como Raffestin, Lefebvre, Milton Santos e Saquet. A terceira seção traz a análise histórica da Baixada Fluminense, evidenciando a coexistência de práticas rurais e processos de urbanização. Por fim, as considerações finais



retomam as principais conclusões, destacando como a disputa entre modernização e conservadorismo moldou a configuração territorial e simbólica da região.

METODOLOGIA

A pesquisa concentrou-se na análise do primeiro jornal da Baixada Fluminense, o *Correio da Lavoura*, desde o início de sua circulação, em 1917, até o ano de 1955. O objetivo foi identificar, em editoriais e demais matérias, notícias relacionadas ao ruralismo e às disputas de ordem territorial, tanto em sua dimensão espacial quanto ideológica. As menções ao jornal são mobilizadas ao longo do texto, com o intuito de observar como o jornal representava o rural e o urbano, ressaltando permanências, tensões e contradições no processo de transformação da Baixada Fluminense.

O procedimento metodológico adotou a análise de conteúdo, de caráter qualitativo, buscando levantar as recorrências de temas vinculados ao ruralismo e às intervenções territoriais. Por meio dessa abordagem, procurou-se compreender os sentidos e significados atribuídos ao espaço e às práticas sociais. Tal método possibilitou captar de que forma a imprensa pensava o território, a quem buscava favorecer, e como transmitia as notícias das disputas em torno dele. A análise do *Correio da Lavoura* permitiu, portanto, evidenciar a influência simbólica e política do jornal nos desdobramentos históricos da região, revelando-o como um agente ativo na produção de representações sobre a Baixada Fluminense e na legitimação de determinados projetos de poder e visões de desenvolvimento.

REFERENCIAL TEÓRICO

A compreensão da Baixada Fluminense como espaço em disputa e permanentemente tensionado por diferentes projetos de poder exige uma abordagem que vá além de uma leitura funcionalista. Este artigo parte da premissa de que as ações estatais de saneamento e modernização territorial não apenas interferem materialmente no espaço, mas também produzem sentidos sobre ele. Nesse caso, interessa compreender como, mesmo diante de intervenções planejadas sob a lógica da técnica e da racionalidade moderna, valores e usos do solo de base rural persistem e continuam a moldar o território. Trata-se, portanto, de analisar como o processo de urbanização da Baixada Fluminense se deu de forma desigual e conflituosa,



revelando permanências e resistências ligadas ao rural em meio à contraposição de discursos que exaltavam o desenvolvimento urbano, sobretudo nas primeiras décadas do século XX.

A região é marcada por um processo histórico de fragmentação territorial e de institucionalização de uma identidade periférica. Como aponta Simões (2007), ao analisar as múltiplas narrativas que consolidaram a Baixada como espaço subalterno e de exceção — discussão retomada por Rocha (2023) —, essa representação foi historicamente construída e reforçada por práticas institucionais e discursos técnicos. Essa configuração não apenas produziu um território à margem das decisões centrais, mas também fortaleceu um imaginário coletivo pautado na desigualdade, na precariedade e na má gestão do Estado. Assim, pensar o território exige ultrapassar a dimensão técnico-operacional e reconhecer que ele é também expressão de relações sociais, políticas e simbólicas.

A Baixada Fluminense passou a ser amplamente reconhecida como periferia da metrópole do Rio de Janeiro apenas na segunda metade do século XX (ROCHA, 2023). O processo que deu origem a essa condição de periferia ocorreu às custas da destruição da lavoura, fazendo loteamentos para ocupar espaços vazios (GEIGER, 1954). Essa delimitação temporal é fundamental para situar a presente pesquisa, cujo foco recai sobre a primeira metade do século XX, período em que o território da Baixada ainda não era plenamente identificado como periferia de fato, mas sim como uma região em transição, marcada pela presença de práticas rurais, projetos de saneamento e tentativas de disciplinamento do espaço. Nesse contexto, torna-se necessário tensionar essa noção posterior de periferia a partir das permanências e resistências do rural, analisando como os processos históricos anteriores ao estigma da periferização contribuíram para a sua conformação territorial.

A abordagem de Raffestin (1993) oferece uma chave de leitura fundamental ao compreender o território como resultado das relações de poder. Como sintetiza o autor, toda relação depende da delimitação de um campo, ou seja, não há exercício de poder sem a imposição de limites, sem a marcação de fronteiras, sem o controle do espaço. A Baixada Fluminense, portanto, pode ser interpretada à luz dessas práticas institucionais que buscaram disciplinar e racionalizar o território, transformando áreas consideradas insalubres em zonas produtivas e subordinadas à lógica do desenvolvimento nacional.

As comissões federais de saneamento, especialmente as de 1910 e 1933, analisadas pelas historiadoras Adriana Souto (2016) e Lúcia Silva (2019), materializam esse processo de reordenação territorial. O relatório do engenheiro Hildebrando de Góes, publicado em 1939, constrói uma narrativa oficial da Baixada como espaço em decadência, a ser regenerado pela técnica e pela ciência do saneamento. Como também analisa Silva (2019), retomada por Rocha



(2023), essa leitura se impôs como uma história legítima da região, consolidando não apenas uma interpretação sobre o passado, mas também delimitando possibilidades de futuro. A ação da Diretoria de Saneamento transformou o território físico e organizou simbolicamente o espaço, associando a região à insalubridade e justificando sua conversão em território disciplinado e funcional à lógica centralizadora do Estado.

Contudo, o território não é passivo; ele constitui uma condição ativa da reprodução social. Ainda que novas técnicas sejam implementadas e discursos de modernização tentem suprimir o passado, as formas herdadas continuam presentes. São as chamadas “rugosidades”, que correspondem às camadas de permanência da paisagem e das práticas sociais. Na Baixada Fluminense, mesmo após décadas de intervenções, canalizações, dessecamentos, retificações de rios e demais derivações que subsistem traços do rural, da posse informal, das formas tradicionais de uso da terra, há uma memória coletiva que insiste em permanecer. Isso se evidencia também nos jornais da época, como o *Correio da Lavoura*, que expressava simultaneamente o desejo de progresso técnico e a exaltação simbólica da lavoura, da enxada e do campo.

Essa tensão entre passado e presente, entre técnica e permanência, pode ser melhor compreendida à luz da ideia de territorialidade relacional, conforme proposta por Saquet (2014). Para o autor, campo e cidade não devem ser vistos como opostos estanques, mas como espaços que se co-produzem, se transformam e se entrelaçam. A Baixada Fluminense, nesse sentido, não é simplesmente um rural transformado em urbano, mas um território onde o rural é constantemente reconfigurado e ressignificado. As ações do Estado, por meio das comissões, não eliminam a territorialidade pré-existente; ao contrário, intervêm sobre ela, tensionando e, muitas vezes, coexistindo com formas anteriores de ocupação e uso do espaço.

Nesse ponto, os estudos de Maia (2017, 2021) contribuem ao introduzir a ideia de *tempos lentos e ilhas de ruralidade* em áreas urbanizadas. Embora seus trabalhos não se concentrem diretamente na Baixada Fluminense, suas contribuições teóricas ajudam a pensar como formas de vida e práticas sociais tipicamente rurais podem resistir em meio à modernização urbana. A noção de tempo, muitas vezes ignorada nas análises espaciais, torna-se central para entender como certos grupos resistem ao ritmo imposto pela técnica e pela urbanização acelerada. Essa perspectiva dialoga com Lefebvre (2011) e sua noção de implosão-explosão, que analisa casos de cidades pouco industrializadas onde o fenômeno de um êxodo através da sua dinâmica capitalista ainda depende da industrialização. No caso da Baixada, isso se manifesta tanto nas práticas produtivas quanto nos discursos simbólicos que resistem à imposição de um novo modelo de território, como também aponta Rocha (2023) ao analisar os



conflitos entre diferentes temporalidades e representações que coexistem na paisagem da região. A permanência da agricultura, mesmo que marginal, em resistência, e o apelo constante à “civilização do campo”, presentes nas páginas dos jornais, revelam a existência de outras temporalidades, mais lentas, menos visíveis, mas profundamente significativas.

Dessa forma, o que se pretende neste artigo não é apenas descrever uma série de obras e intervenções no território, mas compreender como essas ações se inscrevem num processo contínuo de disputa de sentidos sobre o espaço. As comissões de saneamento no início do século XX, por exemplo, não agiram sobre um vazio, mas sobre um território carregado de significados, práticas e formas herdadas. Ao intervir, entraram em confronto com processos anteriores, gerando rugosidades, ao buscar redesenhar o território segundo uma nova lógica, mas sem jamais apagar por completo as marcas do que ali já existia.

A preocupação com a ruralização se insere nesse debate, uma vez que o processo de industrialização foi moldado por decisões políticas contraditórias, descoordenadas ou reativas diante da preferência por manter a agricultura (SUZIGAN, 1975). Falamos, então, sobre uma noção de permanência de um desenvolvimento rural e atualização de um desenvolvimento urbano, cuja compreensão exige reconhecer o ponto de contato histórico entre ambos. Como observa Leite (2020), esses processos, embora distintos, dialogam fortemente entre si e dependem de políticas públicas específicas e de inovações institucionais. Assim, antes que os planos de industrialização ganhassem centralidade, o apelo predominante era pela ruralização, apoiada e amplificada pela imprensa da Baixada Fluminense. É nesse contexto que, em 1936, na edição nº 1029 do *Correio da Lavoura*, Renato S. Fleury oferece uma definição de ruralismo que o artigo adota como referência analítica:

O que significa, porém, ruralismo? Ruralismo é o progresso das zonas rurais, para que o trabalhador agrário neles se fixe, com capacidade para elevar o padrão da existência roqueira, não só modernizando os métodos de trabalho como criando e incentivando a cooperação e a sociabilidade. Nessa acepção o ruralismo opõe-se ao urbanismo, o grande mal responsável pela derrocada de vigorosas civilizações antigas como a dos egípcios e romanos e que também responde pela situação de impasse da civilização contemporânea (...) ocupemos nossos homens do campo, lavradores e criadores porque é nos braços desses verdadeiros heróis que se esteia o futuro dessa imensa pátria. (*Correio da Lavoura*, 1936, ed. 1029).



RESULTADOS E DISCUSSÃO

A Baixada Fluminense: Urbanização e a Resistência de um Ruralismo Conservador

A Baixada Fluminense, localizada na região metropolitana do Rio de Janeiro, foi durante o século XIX uma das áreas rurais de grande importância para o estado, destacando-se pela produção agrícola, especialmente das culturas do açúcar e do café, que impulsionaram seu desenvolvimento econômico e social. No entanto, a partir do final daquele século, a região passou por um processo de profunda transformação territorial, marcado por uma série de fatores que culminaram na degradação ambiental e econômica, seguida por uma urbanização acelerada e desordenada. Em outras palavras, a derrocada dos campos da Baixada era iminente.

Nesse contexto, a urbanização da Baixada Fluminense deve ser compreendida para além da simples expansão física das cidades. Lefebvre (2011) concebe a urbanização como um processo que atravessa as cidades, incorporando o espaço rural às dinâmicas urbanas e reconfigurando-o. Assim, é possível considerar três dimensões analíticas: a ruralidade, o tecido urbano e a centralidade que, observadas ao longo do tempo histórico, revelam a perda das características originais do espaço rural e sua submissão a novas lógicas de produção e organização territorial. Essa perspectiva de campo-cidade, de natureza processual, é fundamental para compreender a Baixada, onde a urbanização não se limitou às cidades propriamente ditas, mas alcançou o campo, transformando-o em um espaço híbrido, marcado pela coexistência tensa entre elementos rurais e urbanos.

Tal dinâmica se manifesta na expansão das áreas urbanas sem o devido planejamento, resultando em ocupações precárias e em condições insalubres, que refletem a ausência de uma urbanidade efetiva, ou, em outras palavras, uma urbanidade marcada pela informalidade e pela precariedade típicas da formação periférica.

A crítica de Ribeiro (2017) ao fenômeno da urbanização sem urbanidade é particularmente pertinente para o caso da Baixada Fluminense. O crescimento urbano acelerado, impulsionado por condições econômicas e demográficas, não foi acompanhado por políticas públicas capazes de assegurar saneamento, habitação digna e acesso a equipamentos urbanos. Essa ausência de urbanidade se traduz na precariedade das condições ambientais e sociais, perpetuando a vulnerabilidade da população local e reforçando desigualdades e exclusões históricas. Assim, a Baixada exemplifica um modelo de urbanização que, embora expansivo, não promove a integração social nem a melhoria das condições de vida, configurando um espaço urbano marcado por contradições e desafios estruturais.



Contudo, conforme observa Rocha (2025), essa construção periférica não deve ser compreendida como homogênea, nem reduzida à ausência ou precariedade. A região apresenta uma hierarquização de processos e formas, que expressa diferentes temporalidades e intensidades de urbanização. Para ilustrar essa dinâmica, a tabela a seguir — adaptada de Rocha (2023, p. 82–83) — apresenta quatro aspectos centrais que caracterizam o período de transição e expansão do tecido urbano na Baixada Fluminense ao longo do tempo.

Tabela 1 - Transição econômica na expansão do tecido urbano da Baixada Fluminense

Contexto de eventos históricos	Características
Declínio das atividades agrícolas	Redução da produção agrícola e enfraquecimento das estruturas fundiárias rurais
Expansão de loteamentos	Precariedade da infraestrutura urbana e crescimento de parcelamentos urbanos por conta da crise agrícola
Integração rodoviária e ferroviária	Aumento das conexões da capital e entre os municípios da Baixada Fluminense
Migrações e crescimento populacional	Intensificação de fluxos migratórios (sobretudo nordestina) e adensamento de áreas periféricas

Fonte: Adaptado de Rocha (2023)

Paralelamente a esse processo de urbanização, observa-se a persistência de um ruralismo conservador, que se manifesta não apenas em práticas agrícolas, mas também em discursos políticos e ideológicos. Raffestin (1993) destaca que o campo pode ser um espaço de resistência a mudanças, articulando-se com ideologias autoritárias, como o fascismo articulado ao rural, que busca preservar estruturas tradicionais diante das transformações sociais e territoriais. O jornal *Correio da Lavoura*, veículo de comunicação da Baixada Fluminense do início do século XX, exemplifica esse fenômeno. Por meio de análises de conteúdo, verifica-se que o jornal flertava com discursos fascistas, promovendo uma visão autoritária e nacionalista que defendia a agricultura tradicional, criticando a urbanização desordenada e exaltando valores conservadores (CORREIO DA LAVOURA, 1936).



Raffestin (2000) também observa que o fascismo europeu, sobretudo na Itália, desenvolveu estratégias de inspiração ruralista para exercer controle populacional de migração e legitimar a ideia de progresso moral pelo retorno ao campo, assim destacado: “A estratégia fascista de inspiração ruralista procurou desencorajar largamente a urbanização e favorecer os pequenos centros rurais”. Essa perspectiva encontra eco em trechos do próprio *Correio da Lavoura*, como visto na notícia de 1929:

O governo fascista mostra-se fundamentalmente avesso ao urbanismo. Procurando intensificar a agricultura na península, o Sr. Mussolini restringiu a emigração e alvitrou medidas tendes à retenção dos trabalhadores nos campos. Ora, o aumento da população rural determina a necessidade do desenvolvimento da produção agrícola em ambiente mais favorável aos progressos da moralidade e dos sentimentos da ordem pública (...) O chamado fenômeno da “ruralização” da Itália vai produzindo resultando apreciáveis no que concerne a organização e ao êxito da lavoura (...) O Brasil acha-se compreendido entre as nações onde o urbanismo se faz sentir de modo prejudicial para sua economia pois o crescimento das cidades opera em detrimento a população dos campos. O proletariado de vários matizes aumenta sensivelmente nos centros densamente povoados, agravando esse pauperismo pernicioso ao aperfeiçoamento cívico da República e a respectiva grandeza econômica. (*Correio da Lavoura*, 1929. ed. 664).

Além disso, as campanhas de saneamento e profilaxia implementadas no início do século XX tiveram papel central na reorganização territorial da Baixada Fluminense. Embora apresentadas como medidas de saúde pública para combater doenças e melhorar as condições ambientais, essas campanhas também funcionaram como instrumentos de controle social e territorial. As comissões de saneamento estabeleceram diretrizes que buscavam não apenas a melhoria do ambiente, mas também a higienização da população, visando torná-la mais produtiva e disciplinada. Essa lógica refletia interesses conservadores, associando saúde pública à ordem social e à manutenção das estruturas de poder vigentes. Assim, o sanitarismo na Baixada pode ser interpretado como uma estratégia que, ao mesmo tempo em que promovia avanços sanitários, reforçava mecanismos de controle e exclusão, contribuindo para a configuração de um território marcado por desigualdades e tensões.

Dessa forma, a urbanização da Baixada Fluminense do início do século XX revela-se como um processo contraditório, onde a expansão urbana convive com a persistência de estruturas e ideologias rurais conservadoras, configurando um território híbrido e tensionado. A análise desse processo permite compreender a complexidade das transformações territoriais



e sociais da região, evidenciando a necessidade de abordagens integradas que considerem tanto as dinâmicas urbanas quanto as resistências rurais e ideológicas que atravessam o espaço e o tempo histórico da Baixada Fluminense.

Rugosidades Territoriais: Marcas Históricas, Ideológicas e Políticas

A Baixada Fluminense se entende hoje como periferia, sendo um reflexo histórico de um modelo urbano que privilegiou o centro e negligenciou áreas mais afastadas (ROCHA, 2025). Nesse compasso, podemos abarcar o conceito de rugosidades, desenvolvido por Milton Santos, oferece uma lente fundamental para compreender as múltiplas marcas que atravessam o território da Baixada Fluminense, não apenas em sua dimensão física, mas também em suas dimensões sociais, ideológicas e políticas. As rugosidades são entendidas como marcas do passado que persistem no presente, configurando o espaço, onde camadas históricas se sobrepõem e interagem, produzindo tensões e resistências que moldam a organização territorial. O conceito refere-se aos resquícios materiais de tempos passados que permanecem na paisagem e continuam a atuar no presente, mesmo quando já não correspondem às dinâmicas hegemônicas de um novo período histórico. Nesse sentido, as rugosidades, vistas individualmente ou nos seus padrões, revelam combinações que eram as únicas possíveis em um tempo e lugar dados, de modo que a dinâmica campo-cidade da Baixada Fluminense, quando encarada como rugosidade, manifesta-se não apenas como herança físico-territorial, mas também como herança socioterritorial ou sociogeográfica, coexistindo com dinâmicas e formas capitalistas de produção (SANTOS, 2007).

No caso da Baixada Fluminense, essas rugosidades manifestam-se ainda mais na persistência do ruralismo, que não se limita a práticas agrícolas, mas se expressa igualmente em discursos e ideologias conservadoras que atravessam o tecido social e espacial da região pois é também um entendimento de cooperação e sociabilidade. A análise do jornal *Correio da Lavoura*, ao flertar com discursos autoritários e nacionalistas como o fascismo rural, evidencia como o jornal atuava como um instrumento de resistência e reprodução dessas rugosidades ideológicas ou rugosidades socioterritoriais. Por meio de editoriais e notícias, o *Correio da Lavoura* defendia tradicionalmente a cultura dos campos, criticava a urbanização desordenada e promovia valores conservadores, configurando uma tensão latente entre modernização e conservadorismo que atravessa o território. Frisamos aqui que, já nas primeiras edições, números 16 e 36 de 1917, primeiro ano de circulação do jornal, essas noções estavam presentes



com força. Na edição 16, é de se notar que a estratégia era manter a população no campo, destacando, segundo as palavras do jornal, que havia uma fuga do campo para a cidade “assim como o diabo foge da cruz”, acompanhada da apelação de que aqueles que fugissem do campo provavelmente acabariam mendigando nos prédios públicos da cidade. Na edição 36, o povo do campo, da agricultura, era tratado como um soldado que atuava diretamente em um campo de batalha para defender tais dinâmicas ruralistas. Dessa forma, o jornal, desde o início, atuava como reprodutor da instrumentação de resistência ideológica, buscando preservar o ruralismo diante das mudanças impostas pela urbanização e pela modernização, sendo sua forma de pensar e acreditar no desenvolvimento da região, exaltando, assim, o patriotismo por esses meios.

Essas rugosidades socioterritoriais atuaram como forças ligadas à preservação de estruturas rurais, mesmo caminhando para um fim iminente por conta da expansão urbana, evidenciando a complexidade da dualidade campo-cidade que estava posta na Baixada Fluminense. A coexistência dessas dimensões revela que o território não é um espaço homogêneo, mas sim um campo de disputas onde passado e presente se entrelaçam, e onde as marcas históricas influenciam as práticas sociais e as configurações espaciais contemporâneas. Além disso, tratando as rugosidades como essas que também se manifestam nas práticas cotidianas e nas relações sociais que permeiam o espaço da região, destacamos a persistência de valores, saberes e modos de vida rurais, mesmo em contextos de aproximação da urbanização e o avanço das cidades, demonstra-se como o território é atravessado por múltiplas temporalidades e lógicas que coexistem e se tensionam. Essa complexidade desafia abordagens simplistas que separam rigidamente o rural do urbano, reforçando a necessidade de compreender a Baixada Fluminense como um espaço híbrido e relacional, marcado por contradições e resiliências.

A tensão entre modernização e conservadorismo, evidenciada pelas rugosidades, também se manifesta nas disputas políticas e sociais que atravessam a região. Se falamos que o desgaste do campo na Baixada Fluminense é iminente, devemos expor aqui sua contextualização. Encontramos tais evidências no *Correio da Lavoura* que, como já exposto: nos primeiros anos a linha editorial defendia com máxima força da ideologia de um ruralismo, mas em 1936 na edição de número 986 já reconhece que os campos da região não resistiriam tamanha a força da urbanização:

Constantemente, chegam ao Rio famílias e mais famílias de trabalhadores rurais vindas de vários municípios do Estado, esses deixam a roça de vez (...) também, a roça já não tem aquela sedução de



outrora, em que as lavouras de café atraíram colonos as fazendas. Hoje só se vêem campos e mais campos que nada produzem (...) se os passados governos do Estado tivessem dedicado um pouco de carinho à lavoura, ela não estaria hoje se despovoando, mas infelizmente é uma filha enjeitada que nada merece. (Correio da Lavoura, 1936, ed. 1029).

Destacamos aqui que a citação do jornal que fora posta de 1936 não representa o fim dos campos, pois a notícia em sua continuidade destaca que a região ainda respira pelo esforço da citricultura, mas esse é um esforço tão somente particular, sem incentivos governamentais, assim reforça o que discutimos anteriormente, essa seria uma transição para os desdobramentos territoriais que leva aos anos de 1950, quando finalmente a Baixada Fluminense se reconhecerá como periferia. Portanto, tais noções que trabalhamos aqui permitem apreender a Baixada Fluminense em sua complexidade, evidenciando como as marcas históricas, ideológicas e políticas persistem e se manifestam no espaço, influenciando a organização territorial e as dinâmicas sociais. Essa perspectiva amplia a compreensão dos três termos de Lefebvre (2011): ruralidade, tecido urbano e centralidade, mostrando que o território é um espaço de disputas, atravessado por múltiplas forças que se articulam e se confrontam, configurando um cenário de tensões e resistências que moldam o tempo histórico, o presente e o futuro da região.

4.3 Gestão Territorial e a Disputa de um Desenvolvimento na Baixada Fluminense

As contradições e conflitos presentes na Baixada Fluminense refletem a complexidade desse campo de poder. De um lado, havia a pressão pela modernização, urbanização e integração econômica, impulsionada por interesses públicos e privados que buscavam transformar o território para atender às demandas da metrópole do Rio de Janeiro. De outro, manifestava-se a resistência conservadora, que valorizava o ruralismo e buscava preservar modos de vida, relações sociais e estruturas de poder tradicionais. Essas disputas se expressavam não apenas em práticas concretas, como a ocupação do solo e a implementação de políticas públicas, mas também em discursos, representações e ideologias que atravessavam o espaço da Baixada. Essa análise evidencia que a construção da Baixada Fluminense como região não foi um processo linear ou homogêneo, mas resultado de múltiplas forças em disputa, que moldaram o território de forma contraditória e complexa. A gestão territorial, entendida como campo de poder, revela as tensões entre modernização e conservadorismo, entre inclusão e exclusão, entre urbanização e ruralismo, que configuram a identidade e os desafios da Baixada até os dias atuais.



Nosso entendimento aqui é que a Baixada Fluminense, ao longo de seus desdobramentos no século XX, pode ser lida à luz de práticas institucionais que buscaram disciplinar e racionalizar seu território, com esforços para transformar áreas consideradas insalubres em zonas produtivas e subordinadas à lógica do desenvolvimento nacional. Se configurou uma violência simbólica e política que partiu principalmente de políticas de saneamento, se somando à violência física e à repressão, e se tornou elemento fundamental para entender a transição do rural para o urbano na Baixada Fluminense. Nesse processo, as políticas sanitaristas não apenas pretendiam recuperar terras agrícolas, mas também favoreciam a valorização fundiária e a especulação imobiliária, convertendo antigas áreas rurais em terrenos voltados ao mercado urbano.

No início do século XX, as comissões de saneamento e outras instituições locais desempenharam papel central na gestão territorial da Baixada Fluminense. Essas comissões, compostas por técnicos, autoridades e representantes do poder público, estabeleceram diretrizes para a reorganização do espaço, com foco na melhoria das condições ambientais e na promoção da saúde pública. Contudo, essas ações não foram neutras; refletiam interesses específicos, sobretudo daqueles que buscavam preservar a ordem social e econômica vigente. A higienização do território, por meio das campanhas de saneamento, funcionava também como um mecanismo de controle social, disciplinando a população e moldando o espaço segundo padrões que favoreciam determinados grupos (ver Souto, 2017).

A divulgação do jornal Correio da Lavoura se tornou também otimista em divulgar as campanhas de saneamento, mas não só tais campanhas ligadas a obras, pois o progresso das campanhas sanitárias também estava ligado à medicina, como as campanhas profiláticas, ou melhor, as campanhas de profilaxia rural. Dessa forma, verificamos de fato quem estava ditando tais medidas para os desdobramentos territoriais; assim, podemos observar, segundo o jornal Correio da Lavoura (1919), que frisa que o grau de adiantamento de um povo estava em relação direta às suas condições higiênicas.

Em um território de intensas disputas já destacadas, o Correio da Lavoura faz sua análise em uma notícia em 1951, na edição de número 1809, sobre o desperdício das terras da Baixada Fluminense ao longo dos anos. Nesse período, a Baixada Fluminense já começa a se expandir fortemente no tecido urbano e a se inserir no termo de centralidade.

Recordamos que, durante o império, a Baixada estava povoada de fazendas de café, cana-de-açúcar e cereais, que alimentavam a capital, proporcionando-lhe vida barata. daquelas fazendas, somente restam ruínas. Aconteceu ali a coisa mais paradoxal do mundo: a estrada de



ferro que, em toda terra, é um fator de progresso, foi, ali, a causa da mais triste decadência. As linhas foram lançadas sem se ter em consideração a conservação das condições naturais da Baixada. A Baixada Fluminense se tornou em um vasto pantanal insalubre. Os habitantes da região foram dizimados pela malária. Morreram. As fazendas transformaram-se em ruínas. (Correio da Lavoura, 1951, ed. 1809).

A linha editorial dessa notícia destacada acima continua em uma temática onde se é visível um saudosismo ao império, fazendo críticas a república e mostrando que, em 50 anos, o único incentivo significativo que a república fez pela região foi a obra de saneamento liderada por Hildebrando de Goes já ao final da década de 1930, a mando do presidente Getúlio Vargas. Essa obra de saneamento mencionada se destaca pelas obras que reconstituíram e retificaram os rios, sendo os rios considerados uma das principais causas das doenças. Contudo, embora as obras revitalizassem de certa forma o território, quem se beneficiou com essa revitalização foram os especuladores, aqueles que atuaram nos loteamentos das terras e ganham um dinheiro significativo com essas práticas. Assim, o jornal termina a notícia destacando que as práticas de loteamento e o que acontecerá com as terras da Baixada Fluminense eram um desperdício dado o esforço da comissão de saneamento de recuperação. Frisamos, portanto, que o interesse editorial do jornal destacado objetivava a defesa dos donos de terras da Baixada Fluminense, daqueles que ainda garantiam práticas agrícolas; são esses os citricultores, os donos de terras que investem na citricultura, sobretudo a laranja, seguem com o objetivo de fortalecer a agricultura após o café perder a capacidade de produção.

Nesse sentido, segundo a linha de Maia (2017), destaca-se uma parte importante a ser verificada nessa temática: as lutas camponesas. Em seu trabalho sobre conflitos e repressão do campo no Rio de Janeiro, volta sua análise para a Baixada Fluminense em sua temática sobre as articulações fabris em torno dos anos 1950. A autora destaca que as lutas camponesas constituíram uma dimensão silenciada da luta de classes pelos processos de urbanização e periferização que se intensificaram na década de 1930, na Baixada Fluminense. Além disso, o levantamento do projeto mapeou 94 conflitos no estado do Rio de Janeiro, dos quais 78 ocorreram na Baixada Fluminense, já evidenciando uma centralidade da região ao longo do tempo nas disputas por terra.

A tensão dos desdobramentos históricos não passa somente pelo valor político; não podemos analisar somente pelo valor funcionalista do território. É nesse ponto que devemos voltar à análise para os demais autores que estiveram presentes na região, mas também recuperar experiências emblemáticas. Um exemplo é o conflito da Fazenda São Lourenço, em



Xerém (1961), onde cerca de 2.000 camponeses armados organizaram trincheiras contra despejos e grilagens, revelando a força das resistências no campo (MAIA, 2017). Tais experiências demonstram que a Baixada não pode ser compreendida apenas como espaço de transição rural-urbana, mas como território de articulações entre camponeses, operários e diversos mediadores políticos, jurídicos e até mesmo religiosos.

Por fim, compreender essas dinâmicas é fundamental para pensar políticas urbanas e rurais que reconheçam a complexidade do território e promovam a integração social e espacial da região. A Baixada Fluminense, marcada por suas rugosidades históricas e ideológicas, exige abordagens que transcendam dicotomias simplistas e considerem as múltiplas dimensões que a atravessam.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A trajetória da Baixada Fluminense demonstra que o avançar da urbanização da região não pode ser compreendido como um processo linear ou homogêneo, mas como o resultado de constantes disputas que atravessaram o tempo histórico. O avanço da urbanização, marcado pela ausência de planejamento e por profundas desigualdades, dialogou de forma contraditória com a permanência de práticas e ideologias rurais, revelando que o campo e a cidade se entrelaçaram de modo dinâmico e conflitivo. A leitura das ideias de Lefebvre ajuda a iluminar essa realidade, uma vez que o campo não desaparece diante da cidade, mas se reconfigura e persiste em novos processos e novas formas de territorialidade.

As marcas desse passado, compreendidas a partir do conceito de rugosidades de Milton Santos, evidenciam como a região carregou consigo resquícios da ruralidade, tanto na materialidade do território quanto no imaginário coletivo. Nesse sentido, o Correio da Lavoura não se limitou a ser apenas um jornal, mas atuou como um instrumento de resistência simbólica que comprou uma luta para donos de terras locais no interesse para favorecer a citricultura, reforçando valores ligados ao ruralismo e projetando a imagem de uma região que deveria manter-se fiel a um ideal conservador de desenvolvimento. Essa narrativa contribuiu para cristalizar uma memória coletiva que, ainda hoje, associa a Baixada Fluminense à condição de periferia e de espaço ruralizado, mesmo diante de sua centralidade urbana crescente.

Outro aspecto relevante é a atuação do Estado, especialmente por meio das políticas de saneamento. Embora apresentadas como soluções técnicas para melhorar as condições de vida, essas políticas também favoreceram interesses ligados à especulação fundiária e ao controle social, contribuindo para aprofundar contradições. A noção de ilhas de ruralidade e de



territorialidade relacional demonstra como, mesmo diante de transformações aceleradas, práticas rurais resistiram, ora se confrontando, ora coexistindo com a modernização, tensionando ainda mais esse papel estatal que conflitava com um interesse contínuo de avanço urbano vindo da cidade do Rio de Janeiro com as propostas de donos de terras locais.

Dessa forma, a Baixada Fluminense é apreendida em sua complexidade, onde a disputa por um modelo de desenvolvimento se dá a partir de múltiplas forças que se articulam e se confrontam, configurando um cenário de tensões e resistências que moldam o tempo histórico, o presente e o futuro da região. A compreensão dessas dinâmicas exige a superação de dicotomias simplistas e a consideração das múltiplas dimensões que atravessam o território, reafirmando que ele compõe uma condição ativa na reprodução social. Assim, finalizamos o trabalho afirmando que a disputa territorial por terras na Baixada Fluminense ainda se mantém atual. Trata-se de uma disputa que perpassa por uma elite que mantém um poder de dominação, indo além da condição de controle territorial exercido por facções criminosas, assim como está inserida em um pensamento comum vigente no cotidiano. Essa, na verdade, é uma condição que emerge advinda da necessidade de objeto de estudo em sua estrutura atual, onde se faz a necessidade de um potencial geográfico a ser investigado. Afinal, a ideia de ideologias e formas de se ditar o uso e a ocupação das terras, apesar de transformada em sua configuração temporal, hoje se manifesta de outros modos em suas formas e processos.



REFERÊNCIAS

- CARAGNATO, R.C.A. MUTTI, R. *Pesquisa qualitativa: análise de discurso versus análise de conteúdo*. Enferm, Florianópolis, 2006.
- FERNANDES, R. A. N. *Historiografia e identidade fluminense: A escrita da história e os usos do passado no Estado do Rio de Janeiro entre as décadas de 1930 e 1950*. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura da PUC-Rio. Rio de Janeiro, 2009.
- GÓES, H. A. *Relatório Apresentado pelo Engenheiro Chefe da Comissão de Saneamento da Baixada Fluminense*. Rio de Janeiro: Ministério da Viação e Obras, 1934.
- LEITE, S. P. *Ruralidades, enfoque territorial e políticas públicas diferenciadas para o desenvolvimento rural brasileiro: uma agenda perdida?* Estudos Sociedade e Agricultura, v. 28, n. 1, p. 227-254, 2020.
- LEFEBVRE, H. *O Direito a cidade*. CENTAURO EDITORA. São Paulo, 2011.
- MAIA, A. B. *Conflitos e repressão no campo no Estado do Rio de Janeiro (1946-1988): articulações rubro-fabris na Baixada Fluminense*. Século XXI, Revista de Ciências Sociais, v.7, no 1, p.257-282. 2017.
- MAIA, D. S; ZAAR, M. H. *Permanências e transformações das práticas rurais nos “espaços urbanos” de João Pessoa e de Natal/Brasil*. Espaço & Geografia, vol.24, n.1 (2021), 38:63ISSN: 1516-9375. 2021. Século XXI, Revista de Ciências Sociais, v.7, no 1, p.257-282, jan./jun. 2017.
- MAIA, D. S. *Tempos lentos na cidade: permanências e transformações dos costumes rurais em João Pessoa-PB*. Tese de doutorado. Universidade de São Paulo, 2000
- RAFFESTIN, C. *Por uma geografia do Poder*. São Paulo: Ática, 1993.
- ROCHA, A. S. in. *Geografias periféricas: contribuições do PPGGEO/URFRRJ*. Org. Ribeiro. G. et al. Porto Alegre, 2023.
- SANTOS, M. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 2007.
- SAQUET, M. A. *Territorialidades, relações campo-cidade e ruralidades em processos de transformação territorial e autonomia*. Revista Campo-Território, Uberlândia, v.9, n. 18. 2014.
- SILVA, L. H. P. *As emancipações políticas na década de 1940 e a construção de uma periferia: o caso de Duque de Caxias*. Revista Mosaico. 09 (2): Suplementos 19-25; 2018.
- SILVA, L. H. P. *Hildebrando de Goes e sua leitura sobre História da Baixada Fluminense*. *Ágora*, 21(1), 106-118. 2019.
- SIMÕES, M. R. *A Cidade estilhaçada. Reestruturação Econômica e emancipações municipais na Baixada Fluminense*. Mesquita: Entorno, 2007.
- SOUTO, A. B. C. *As comissões federais de saneamento da Baixada Fluminense: (1910/1933)*. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Seropédica, 2016.
- SUZIGAN, W. *Industrialização e política econômica: uma interpretação em perspectiva histórica*. Pesquisa e Planejamento Econômico, v. 5, n. 2, p. 433-474, dez. Rio de Janeiro, 1975.